

3

Casa na duna: a escrita em tempos de mudança

Publicado no ano de 1943, o romance *Casa na Duna* chamou a atenção pelo fato de mostrar uma densa realidade social através da história da decadência de uma família da burguesia rural. Aparentemente, o enredo engloba problemas de ordem econômica da família Paulo. Entretanto, o destaque dado aos Paulos e aos conflitos que cercam sua propriedade serve para traduzir a vida na gândara. Segundo Fernando Mendonça (1966), o enredo aborda:

o tema da decadência provocada por uma sociedade e por uma economia em evolução, ou melhor, uma economia que transforma os métodos velhos de viver em regiões onde o progresso material ainda não iniciara a sua invasão inflexível, desumana e irreversível.
(Mendonça, 1966, 110)

A narrativa, nesse livro, é construída por Carlos de Oliveira num momento em que era vedada qualquer menção à situação de Portugal frente ao regime ditatorial. O autor, então, lançou mão de recursos que pudessem tornar viável o paralelo entre a temática da sua obra e as transformações que estavam ocorrendo na sociedade com a evolução da economia.

O primeiro recurso utilizado pelo autor para dar visibilidade às mudanças nos âmbitos social, econômico e histórico em Portugal, foi ambientar *Casa na duna* na região da gândara. Nessa região, que não se trata de um simples cenário, possibilitou-se mostrar as transformações de um país, que em quase sua totalidade era agrário, e, que somente durante o Estado Novo teve sua industrialização começando a tomar forma, de uma maneira invasiva que não deu tempo, nem chance, para que os trabalhadores e proprietários rurais se adaptassem a nova realidade. De acordo com Lourenço (1988):

concretamente, o salazarismo foi o preço forte que uma nação agrária defasada do sistema ocidental a que pertence teve de pagar para ascender ao nível de nação em vias de industrialização. Desse processo e como coroamento dele, constituirá a emigração em massa dos nossos aldeões a simbólica e dura expressão final.
(Lourenço, 1988, 27)

Carlos de Oliveira faz da gândara a representação de Portugal, um microcosmo, e esmiúça o momento de transição no enredo de *Casa na duna*, para chegar até o que Lourenço chamou de “dura expressão final”. O declínio de uma família burguesa rural e os personagens que se assemelham a uma grande parcela da população são outros elementos da narrativa, posicionados pelo autor, que possibilitarão estabelecer verossimilhança com a situação do país.

A partir do momento em que notamos que a gândara não é apenas um cenário, é, na verdade, símbolo de um país agrário, e que as personagens que nela habitam são representantes do povo português, percebemos o início de uma escrita metafórica, que se prolongará por todo o romance. Essa é uma estratégia narrativa que compõe um dos principais traços do Neo-Realismo na obra de Carlos de Oliveira. *Casa na duna* é um modelo de obra riquíssimo em metáforas. Alston (1977, 139) aponta a metáfora como “a mais generalizada e, teoricamente, a mais interessante das figuras de discurso”.

O uso de metáforas permite que o leitor entenda o que há por trás do discurso do autor, e possibilita que sua expressão não seja coibida pelo aparato policial da ditadura, ao mesmo tempo em que expande a prática do uso de imagens no romance. Segundo o filólogo Heinrich Lausberg (1993, 163), “as metáforas, como tropos de palavra, pertencem respectivamente a campos e imagens mais vastos, nos quais os dois domínios do ser se ordenam entre si numa relação de semelhança”.

Quando transportada para a filosofia da linguagem, essa “relação de semelhança” no processo de construção da metáfora interage com o contexto em que o discurso se insere. Notamos, então, que em *Casa na duna*, o autor utiliza, de forma magistral, uma linguagem amplamente metafórica para inserir os pormenores e as imagens do momento português em seu texto, pois era preciso empregar as palavras “para dizer algo diferente, ainda que relacionado, e a fim de consegui-lo o autor trabalhou-as através do sentido estabelecido para ir *além* deste” (Alston, 1977, 139).

De acordo com Abdala Jr.:

com Carlos de Oliveira, o chamado Neo-Realismo português atingia suas produções mais paradigmáticas, em termos ideológicos e de arte. Ênfase especial mereceu o que denominamos “processo de implicitação da escrita” em seus romances. Isto é, os procedimentos para intencionar o discurso narrativo desse

escritor. Tal procedimento, reafirmaríamos hoje, conduzia Carlos de Oliveira a aproximar em acumulações gradativas o narrativo do poético. O processo de articulação metonímica confluía para o metafórico. (Abdala Jr., 1989, 162)

Num momento em que não se podia deixar na superfície do texto a crítica ao governo ditatorial, era realmente necessário o “processo de implicitação da escrita”. E, em *Casa na duna*, o narrador é o guia que se encarrega do provimento de detalhes que permitem adentrar na narrativa e realizar o desvendamento das camadas do texto, pois as metáforas que permeiam esse romance estão presentes até nas pequenas particularidades que poderiam passar despercebidas aos olhos do leitor.

O narrador – tão essencial ao texto quanto todos os outros recursos de que o autor lançou mão, aquele que tudo vê e tudo sabe, onisciente, no sentido mais amplo da palavra – começa a narrativa no tempo presente da história e já dá indícios de que a propriedade da família Paulo está à beira da decadência. No entanto, no segundo capítulo há um corte que se estende até o capítulo V, uma volta ao passado que torna possível a compreensão do primeiro capítulo e da história que se seguirá.

É nesse recorte de retorno ao passado que se podem observar os tempos em que o fluir da vida na quinta parecia acontecer dentro de uma normalidade de padrões pré-estabelecidos. No segundo capítulo, se verifica que a personagem do Velho Paulo era quem administrava a quinta e cuidava dos interesses da família antes do filho Mariano:

A quinta cresceu, abocanhando tudo: pinhal, searas e poisios. O velho Paulo consertou o casarão, pôs-lhe vigamentos firmes e assentou um andar novo sobre as paredes térreas. Trouxe amigos da vila e, aos domingos, o povo ficava cá em baixo a olhar as janelas iluminadas pela noite fora. (Oliveira, 1970, 16)

Nesse capítulo também se faz notar a personagem de D. Conceição que, assim como o Velho Paulo, aparece como parte das lembranças de um tempo de prosperidade que já pairou sobre a quinta. Ambas as personagens são dispostas no texto como uma espécie de fronteira entre passado virtuoso e presente em vias

de decadência. Fato que pode ser notado no primeiro capítulo em que se menciona a morte de ambas:

O Dr. Seabra e o Guimarães vêm de Corgos, a convite de Mariano Paulo. São os únicos amigos que conservou na vila. Os outros foram rareando, desaparecendo pouco a pouco, desde que D. Conceição e o velho Paulo morreram. Sumiu-se a antiga alegria do casarão de Corrocovo, o ruído dos serões, com a gente de Corgos a encher as salas. A desgraça desceu sobre a vida de Mariano Paulo e os amigos deixaram de aparecer, a casa ficou silenciosa.
(Idem, 8)

Nota-se, no trecho supracitado, que após a morte dessas duas personagens a casa jubilosa, de janelas iluminadas e reuniões de domingo, foi tomada por um profundo silêncio. As lembranças desse tempo vão ficando cada vez mais longínquas e, a partir do momento em que o narrador menciona que “sumiu-se a antiga alegria do casarão” e que “a desgraça desceu sobre a vida de Mariano Paulo”, percebemos também o primeiro sinal da ruína da quinta dos Paulos.

A propriedade da família Paulo está localizada na aldeia de Corrocovo, região da gândara. Um ambiente empobrecido em que os moradores sobreviviam graças, principalmente, ao cultivo da terra. Os Paulos acumularam seu patrimônio comprando as pequenas propriedades vizinhas, e oferecendo em troca trabalho fixo (assalariado) aos pequenos produtores:

Corrocovo via a fazenda acumular-se, a quinta alastrar sobre os pequenos campos vizinhos. Os homens entregavam a terra vendida e começavam a cavá-la por conta alheia, ganhando a jorna certa dos patrões. Era mais seguro que o rendimento duvidoso duma nesga de chão, sujeito à razia das chuvas e do sol.
(Ibidem, 15)

Na gândara as estruturas sociais envelhecidas mantinham os moldes da era medieval. A relação senhor x servo era evidenciada na quinta dos Paulos (a casa na duna), onde os trabalhadores (vassalos) que foram um dia pequenos proprietários de terras compradas pela família Paulo, agora serviam a Mariano Paulo (senhor feudal) em troca de um salário garantido.

Em Corrocovo, ao redor de uma lagoa, os lavradores, jornaleiros, enfim, os menos abastados, construía suas moradas. Era dali que também se percebia a imponência da casa dos Paulos, contrastando com as dificuldades dos que

habitavam o entorno da lagoa, como se pode verificar nas passagens que se seguem:

O povoado cresce sobre a duna que há perto de duzentos anos os pinhais começaram a se fixar. No alto, a descer para o poente, fica a quinta de Mariano Paulo. [...] A quinta desdobra-se em leiras de pinhal, vinha e milho, pela gândara dentro.

(Ibidem, 9)

A quinta cresceu abocanhando tudo: pinhais, searas e poisios. [...] aos domingos o povo ficava lá embaixo a olhar as janelas iluminadas pela noite a fora.

(Ibidem, 15-16)

Palmira ficara a viver em Corrocovo. Na casa dos Taipas, à beira da lagoa. Avistava dali o casarão da quinta dominando a aldeia, hirto, sobre o dorso da duna, com as suas paredes altas, esverdeadas de musgo, e a alpendrada que tornava as salas escuras.

(Ibidem, 59)

Aqui se constata a metáfora na narrativa ao se perceber a distância entre os grandes proprietários e os proletários. Para além das relações de trabalho na quinta, a “casa na duna” é arquetípica, por que ela é, ainda, a mansão senhorial a cuja sombra se distribuem os casebres dos servos. Para o símile ser mais óbvio, os gandarenses “entregaram” as suas terras ao *senhor* para assim conseguirem a “protecção” de uma *paga* (renda) certa” (Torres, 1977, 97)

A lagoa é uma imagem que representa metaforicamente a fronteira entre ricos e pobres, ou melhor, burguesia e proletariado, como se pode perceber analisando os trechos acima, retirados do romance. Ela também é uma espécie de termômetro que indica as dificuldades pelas quais os moradores passam durante as estações do ano:

No verão:

há uma pequena lagoa que o calor de julho seca. A aldeia chama-se Corrocovo e a lagoa é um poço grande. Quando a água se escoar, o fundo gretado está coberto de bunho. As mulheres ceifam-no, estendem-no ao sol, e entrançam esteiras que vão vender às feiras da vila de Corgos.

(Oliveira, 1970,7)

No inverno:

A lagoa crescera um metro sobre o bunho e invadia, às golfadas, os casebres de Corrocovo. Corrocovo era isto: tocas sem lume, devassadas pelo temporal; as crianças quase mortas de frio; os campos alagados; o céu tão baixo que parecia poisado na rama dos pinheiros; chuva, cada vez mais chuva.

(Idem, 27)

Observa-se, levando-se também em consideração as citações acima, que as variações climáticas têm uma enorme importância na narrativa que culmina na decadência da família Paulo.

Dando prosseguimento às nossas análises, observamos que é devido às variações climáticas que ocorrem os primeiros problemas enfrentados, tanto por Mariano quanto pelos trabalhadores. As intempéries são fatores que atrapalham a produção das lavouras, como podemos verificar no exemplo abaixo:

As colheitas não compensaram. Chuvas fora do tempo apodreceram metade das raízes e o sol quando veio continuou a destruição. Nevoeiros, míldio, lagartas e calor, isto é, doenças a grassar no chão macerado. O vento quente bafejava as culturas, matava por sua conta. A terra, que era verde, tornara-se amarela.

(Ibidem, 63)

Se voltarmos ao primeiro parágrafo do capítulo inicial, veremos que, ao descrever a gândara, o narrador dá sinais de que os problemas climáticos são uma constante na vida dos moradores daquela região:

Na gândara há aldeolas ermas, esquecidas entre pinhais, no fim do mundo. Nelas vivem homens semeando e colhendo, quando o estio poupa as espigas e o inverno não desaba em chuva e lama. Porque então as ramagens torcidas, barrancos, solidão, naquelas terras pobres.

(Ibidem, 7)

Observamos também, nessas idas e vindas da narrativa, que cada acontecimento que leva a modificações no curso da história é minuciosamente relatado pelo narrador. E, assim, as questões angustiam os personagens, causam também a inquietação do leitor, como pode ser comprovado nas passagens a seguir:

Chegou o outono e, com ele, as colheitas quase perdidas. Corrocovo tinha um inverno de fome à sua frente. Não tardaria que as chuvas caíssem das grandes nuvens que desciam do norte.
(Ibidem, 1970: 67)

A fome alastrava. A estação fria acoitava os homens, os coelhos do mato, os morcegos, e fechava-os nas tocas. As árvores ficavam nuas e as grandes chuvas voltavam.
(Ibidem, 79)

O Dr. Seabra falava de leprosos, doidos, pobres esfomeados, refugiando-se na gândara à beira dum povoado, onde há quintais, adegas celeiros, para assaltar de noite.
(Ibidem, 98)

Só o vinho abundava. Os homens esperavam o domingo, metiam-se na loja do Miranda, e ao serão as discussões nasciam dos casebres. Jornaleiros bêbados espancavam as mulheres, a filharada.
(Ibidem, 103)

Os trechos acima mostram como o narrador expõe os pormenores das aflições dos moradores da gândara. Primeiro é mostrado o problema da colheita perdida devido às intempéries. Em seguida são enumeradas as consequências como a pobreza que se multiplicava, a fome, os delitos que se cometiam para sanar as dificuldades e o único refúgio que os trabalhadores ainda tinham, o vinho, que os levava a bater nas esposas e nos filhos.

A maneira como Carlos de Oliveira mostra até que ponto as dificuldades para suprir as necessidades essenciais do homem o levam a praticar atos que chegam a ser classificados insanos ou animais, é uma dentre as características do Neo-Realismo presentes na escrita desse autor.

É evidente o desamparo do povo diante dos problemas que afetavam a produção das lavouras, e conseqüentemente, traziam a miséria. Entretanto essa metáfora abarca também a quinta dos Paulos, pois naquela propriedade o despreparo para lidar com as terras fazia com que a situação fosse agravada. E, ao destacar o problema das perdas na colheita, o autor consegue trazer à narrativa a questão da mecanização na lavoura.

No nono capítulo, que antecede a perda de grande parte da colheita, Mariano Paulo é aconselhado pelo amigo Guimarães a modernizar a produção da quinta, que era totalmente manual/braçal:

O trabalho na quinta era feito com enxadas, a uva esmagada sem prensas, o milho escarolado à mão. A aguardente de Corrocovo corria ainda no toco alambique, como nos tempos do velho Paulo. A compra da grande máquina destiladora fora sempre adiada. Os homens continuariam a calcar os cachos, o bagaço, e a escarolar as espigas.

(Ibidem, 51)

Adiante, o narrador ainda ressalta a idéia de que, com a mecanização da lavoura, os trabalhadores do campo seriam afetados pelo desemprego, e o destino mais certo para eles seria a emigração:

Na quinta, tudo nascia da sua paciência. Se aparecessem as prensas, a destiladora, os escaroladores mecânicos, os homens seriam despedidos. Uma máquina faz o trabalho de cem braços. A oferta de mão-de-obra aumentaria em Corrocovo, as levas dos emigrantes e dos ganhões engrossariam e o povo das terras areentas debandaria em massa.

(Ibidem, 51-52)

Os trechos citados acima demonstram o indubitável atraso tecnológico da quinta. No diálogo entre o amigo Guimarães e Mariano Paulo, veremos que para o primeiro a compra do maquinário seria a solução para as perdas na lavoura, e para o segundo, acima de qualquer prejuízo, estava a preocupação de que as relações de subordinação poderiam ser abaladas com a mecanização:

e o Guimarães, apontando a quinta, os milhos a torrar no sol, aconselhava Mariano Paulo:

– Quarenta, cinqüenta por cento das colheitas, vão-se-lhe embora. Ponha motores nos poços e rega a quinta em metade do tempo.

Mariano erguia-se na cadeira de lona:

– Ponha motores nos poços. Muito bem. Mas você não pergunta se eu os posso comprar. Motores não se põem com lérias, custam contos e contos de réis.

Recostava de novo e continuava:

– Aliás, a rega não passa dum aspecto do problema. A quinta precisa também duma destiladora, a adega de prensas e lagares, o milho de escaroladores, etc. Aproveitava a uva por inteiro, o bagaço por inteiro, fazia deste areal uma quinta de jeito. E vocês, lá em Corgos, a roerem-se de inveja. Mas já pensou quanto me custava tudo isso?

– Empatava o dinheiro se o tivesse, comprava crédito se não o tivesse. Arranjava preocupações mas tirava-lhe o lucro, objectava o Guimarães.

(Ibidem, 53)

O Guimarães defendia-se, tentando um último argumento:

- Mas o senhor anda de comboio, por exemplo. Logo usa as máquinas, transige.
 - É outro caso, Guimarães. É diferente. Eu refiro-me à lavoira, apenas à lavoira, e nisso mantenho que não vou com máquinas. Santa paciência, mas prefiro à antiga. Um homem faz exactamente o que se lhe manda.
- (Ibidem, 55)

As passagens acima ilustram o quão difícil era para Mariano Paulo romper com as relações estabelecidas ao longo de anos. A hipótese de empregar algum tipo de maquinário na lavoura foi prontamente descartada, “a quinta continuaria silenciosa, sem o barulho dos motores. Os homens continuariam a semear e a colher, como há mil anos.” (Oliveira, 1970, 52).

Tem-se nessas passagens a metáfora de um Portugal agrário. Acostumados com as relações senhoriais que se estendiam durante séculos, os “Marianos Paulos”, representantes da burguesia rural, não se acostumavam com a idéia de mecanizar os processos agrícolas e romper com a hierarquia característica da Idade Média que ainda imperava no campo. Desse modo, a cada alteração climática que prejudicava a lavoura eram colhidos prejuízos, tanto dos patrões quanto dos trabalhadores que, mais do que os senhores de terras, sofriam com a fome, as doenças e a miséria.

Por esses fatores, o proprietário precisava se dedicar integralmente à sua quinta, para levar à frente o patrimônio que demorara anos para construir. Segundo Costa Val (1991, 72), “Mariano Paulo é um exemplar daqueles gandareses que vivem presos a problemas de sobrevivência econômica”.

Em meio aos problemas que o afligem, Mariano Paulo não tem o apoio de seu filho Hilário, que ao contrário do pai, não se interessa pelo trabalho e nem pelas terras que futuramente seriam suas:

Na sua luta desesperada, Mariano não conta com o filho, Hilário, um tipo adoentado, ensimesmado, conflituoso, totalmente desinteressado da sorte da quinta de Corrocovo. Hilário é, como se diz a certo passo, um amargo que se tornou selvagem e que imprime alguns excessos quase atrozés à narrativa.

(Mexia, *In*: Diário de notícias, Mai - 2005)

A peculiaridade dessa personagem já começa pelo nome. Hilário vem do latim “hilarius” que significa “o que denota alegria, contentamento; alegre” (Dicionário Aurélio Eletrônico, 1999) o que é o contrário do comportamento da

personagem na obra. Intimamente evidenciado pelo narrador, que penetra pelo turbilhão de emoções que o afligem, desde antes do seu nascimento são dados alguns indícios sobre sua personalidade.

O Dr. Seabra, médico amigo de Mariano Paulo, que cuidava da gravidez de D. Conceição, mãe de Hilário, numa conversa sobre o bebê e sobre a gestante, que se encontrava combalida, proferiu a seguinte frase:

“– Nada de cuidado. Trago de Corgos uns fortificantes e o estado geral vai melhorar. É um corpo novo que anda ali dentro a alimentar-se, a enfraquecer a mãe. Um parasita, compreende?” (Oliveira, 1970, 28).

Hilário passara a infância num convento e, considerado uma criança frágil, vivia imerso nas lembranças da quinta e do retrato da mãe: “Um vigor selvagem tumultuava o claustro do colégio e ele, frágil e tristonho, recolhia-se a um canto. Pensava em Corrocovo, na grande moldura oval do retrato da mãe”. (Idem, 32)

O pai, que o mantivera no internato, aconselhado pelo Dr. Seabra trouxera o menino de volta à quinta. Porém o desinteresse do filho pelo trabalho e pelo patrimônio da família fazia com que a convivência entre os dois fosse marcada por longos períodos de silêncio, características apontadas pelo próprio Mariano Paulo:

a convivência de Hilário, difícil, impossível; havia num dos pratos da balança grandes atenuantes para o rapaz: a doença, a fragilidade; e, não era favor reconhecê-lo, um terrível abandono infantil, sem mãe, sem a devida atenção paterna; no outro prato, porém, a preguiça, o comportamento com Guilhermina, o desinteresse pela quinta, o feitio quezilento, pesavam mais [...]
(Oliveira, 1970: 149)

Hilário não era o herdeiro que sonhara; a pesada herança dos Paulos exigia os ombros fortes de alguém capaz de confundir a quinta com a vida [...]
(Idem, 150)

O temperamento da personagem na vida adulta refletia os conflitos da infância. Sempre medroso, silencioso, escondendo-se sob a sombra e andando pelos cantos, preso à memória da mãe que não chegou a conhecer: “Não haver um segundo que o medo o largasse” (Oliveira, 1970, 127).

Contra a vontade do pai, Hilário se envolve com Guilhermina, uma mulher dissoluta com quem passava noites a fio esperando para saciar seus desejos enquanto a ouvia com outros: “Quantas noites o rapaz passava ali sem ela querer.

Mas teimava e despiá-se. Bastava-lhe ficar. Uma carícia que esboçasse e logo Guilhermina se irritava [...] Era noite perdida, por ali perto, a averiguar quem saía” (Idem, 126).

O rapaz introspectivo, de “expressão contraída” e “face magra” (Ibidem, 29), desapontara o pai ao se envolver com Guilhermina e acabara com suas expectativas ao renegar a herança da família dos Paulos: “O desprendimento de Hilário por tudo aquilo desalentava Mariano Paulo. Dias e dias sem uma palavra, vagueando pela quinta ou fechado no quarto, não era vida para um homem feito. À noite metia-se em casa de Guilhermina carregando o que podia” (Ibidem, 70).

Mariano Paulo, em meio à aflição da iminente ruína, e sem contar com a ajuda do filho, recebe uma oferta do Guimarães que estava inclinado a vender seus fornos de cal. Para Mariano, aquela oferta representava um alívio, uma tábua de salvação, pois não lhe apetecia a modernização da lavoura como meio de livrar-se da decadência: “Ali estava a solução que procurava. Algumas fortunas da vila tinham-se feito com a cal. Não podia deixar fugir a oportunidade. [...] Sonhava: os fornos na sua mão de ferro, salvando a quinta e os Paulos” (Ibidem, 71-72).

Todavia quando foram fechar o negócio o Guimarães desistira da venda. Decidiram-se então por uma hipoteca – que para Mariano era quase uma certeza de aquisição dos fornos, pois os prazos eram curtos e dificilmente o Guimarães conseguiria cumpri-los.

Para desilusão de Mariano Paulo, o Guimarães levantara o dinheiro da hipoteca e conseguira saldar a dívida. O desespero na salvação de sua quinta começava a tomar conta da personagem.

A tentativa final de Mariano Paulo para salvar o patrimônio herdado foi a de abrir, então, nos fundos da quinta, uma fábrica de telhas, na qual investe o último recurso monetário que ainda sobrara, depois de todas as dificuldades pelas quais a quinta havia passado: “Mariano Paulo reparou nos pequenos poços vermelhos que a criançada escavara e logo uma idéia o assaltou: utilizar o barro no fabrico de telha ou coisa semelhante. A salvação da quinta tornara-se uma preocupação constante, obsessiva; não deixaria escapar nenhuma possibilidade de manter intacta a herança dos Paulos.” (Ibidem, 131)

Alexandre Pinheiro Torres, tratando desse episódio, afirma:

A *débâcle* económica é, porém, inevitável. Mariano Paulo tenta a hipótese da industrialização. É o que faz, sacrificando o dinheiro que lhe resta no investimento de uma fábrica de tijolos e telhas com barro retirado do próprio terreno da propriedade. A quinta, essa, há de mantê-la mesmo que dê prejuízo. (Torres, 1977, 97)

A última cartada de Mariano Paulo não foi suficiente para livrar-se da decadência, pois uma nova situação socioeconômica estava por vir. Estradas foram construídas para facilitar o escoamento da produção das, até agora, poucas indústrias existentes em Portugal. Essas estradas possibilitavam acesso aos povoados mais distantes, e os produtos vindos das cidades eram mais baratos que os manufaturados do campo, dado que já havia sido anteriormente explicitado em *Casa na Duna*, no momento em o narrador observa a construção de uma estrada até a vila de Corrocovo que trazia produtos de grandes indústrias com as quais os pequenos produtores não poderiam competir. Essa é a gota d'água para a condenação da fabriqueta de Mariano Paulo:

Foi então que a grande Estrada que descia da vila começou a aproximar-se de Corrocovo, a abrir-se por entre o mato, a deitar pinhais inteiros ao chão. Apareceu em frente da aldeia o piso certo de saibro e pedra. (Oliveira, 1970, 159)

A estrada continuou a rolar pela gândara. De lugarejo a lugarejo, as distâncias ficavam mais curtas. A exploração ia começar a fundo. Os armazéns, o comércio de Corgos e, através deles, os grandes negociantes e industriais das cidades, lançavam pela estrada nova as furgonetas, os camiões de carga. O que antes se fazia a custo era agora uma expansão fácil. A vila comia Corrocovo com comodidade: a comodidade dos motores e dos pneumáticos de importação. Uma gigantesca engrenagem de interesses invadia duma vez para sempre o areeiro dos camponeses; Ford, Rockefeller, Shell, Renault, equipavam Corgos para aquela marcha; e Corgos, na companhia de gente poderosa doutras regiões, assentava os pés com segurança na gândara indefesa.

A fábrica de Mariano Paulo estava condenada. O restrito mercado que tinha fora devassado. Às aldeolas ermas, onde a telha de Corrocovo se vendia, chegava a concorrência das grandes indústrias. As fábricas da Pampilhosa punham a telha nos povoados obscuros mais barata que a do forno da quinta. [...] Mariano Paulo não podia agüentar o desafio. A pequena indústria ia ser desmantelada e, conseguido isso a empresa mais forte ficava sozinha em campo. (Idem, 160-161)

Mariano Paulo apertava as mãos na cabeça. A venda diminuía, as encomendas escasseavam. Chegava à janela, olhava a fábrica ao fundo da quinta. Nada menos que cinquenta contos enterrados naquela brincadeira. E precisamente quando o negócio começava a dar algum lucro, vinha uma estrada do inferno a trazer a morte ao casarão.

(Ibidem, 162)

Esse é o fato crucial da narrativa, a fronteira entre os dois tempos: do capitalismo simplificado em que preponderavam as relações de vassalagem e a produção quase sem lucros, mais para subsistência, e o capitalismo do uso mínimo de mão-de-obra e dos altos lucros, que atingem não só os membros da burguesia rural como também os pobres camponeses e, por isso, é minuciosamente descrito. Num dos trechos acima, verifica-se que o narrador cita nomes de empresas que, de uma maneira ou de outra, estão ligadas ao transporte das mercadorias para aquela região empobrecida. De acordo com Abdala Jr., a menção desses nomes não é somente ilustrativa ao texto, ela induz a percepção do leitor de que, na verdade, esses acontecimentos não se restringem tão somente a um livro de ficção:

O narrador mostra o fenômeno, a construção das novas estradas, sua gênese (interesses contrários aos da gândara) e desenvolvimento, conseqüência (miséria), de forma concisa e vertiginosa. Uma invasão que não possibilita qualquer defesa aos gandraeses em geral e a Mariano Paulo em particular, que permanecem ao nível técnico de produção inferior, com um sistema de vida menos competitivo. A obsessão por fundamentação é tanta que o narrador vai buscar a gênese do fenômeno, nomeando as empresas estrangeiras que o motivam, o que constitui um procedimento estilístico eficaz, despertando a atenção do leitor. Até então toda nomeação de objetos possuía recorrência tradicional no gênero de prosa de ficção, com caráter mais implícito na denúncia da situação sócio-econômica [...] A ruptura desse contexto faz-se pela explicitação referencial do objeto, num procedimento que é próprio do jornalismo, incorporado esteticamente pela escrita. O leitor, então, é levado a entender que a escrita não está tratando de ficção, mas da própria realidade.

(Abdala Jr.. 1981: 61)

Ao apoiarmos as análises acima no contexto português em que o livro está inserido, a construção da estrada foi o caminho devastador que provocara a queda de inumeráveis “Marianos Paulos” por todo Portugal.

Segundo Fernando Mendonça (1973, 119), “Carlos de Oliveira foi frio e conciso analista dos grandes temas sócio-econômicos”. A obra *Casa na duna* é um exemplo da concisão do autor ao abordar os problemas de ordem econômica e

social, que até o momento só eram mostrados na literatura neo-realista como se só afetassem os pobres trabalhadores do campo.

Ao criar um personagem médio-burguês como Mariano Paulo, com toda sua obstinação por salvar o patrimônio da família, Carlos de Oliveira mostra que as mudanças na economia durante a ditadura afetavam a todos, e que os portugueses, mesmo os mais abastados financeiramente não estava preparado para transformações tão bruscas.

Nessa narrativa de idas e vindas, do contraste entre passado e presente, percebe-se a presença de um capitalismo simplificado, dos grandes senhores feudais que adquirem as terras dos pequenos produtores, que começa a dar lugar ao capitalismo industrial. A ausência de percepção do povo acerca da evolução da economia acontece pelo fato de o povo, independente de classe social, estar em profundo estado de alheamento dos rumos do país, devido à ditadura.

Para analisarmos esse estado de coisas, destacaremos a abordagem do capitalismo e da alienação do povo, esta última sugerida pelo aparecimento de preceitos marxistas na obra. Assim como os elementos do texto vistos até agora, ambas aparecem também através do uso de metáforas, como poderemos ver a seguir.

3.1.

O capitalismo

Um dos temas muito presentes na literatura do Neo-Realismo, o capitalismo se manifesta, principalmente, nas “leis da acumulação de riqueza e a derivação do capitalismo concorrencial para o capitalismo dos monopólios, que, aliás, está também patente em *Casa na Duna* de Carlos de Oliveira” (Rodrigues, 1997, 21).

Pode-se dizer que no romance *Casa na duna* as relações capitalistas no campo aparecem em três versões.

Na primeira, o narrador sugere um capitalismo simplificado quando menciona que a aquisição e a acumulação de propriedades menores contribuíram para a ampliação da quinta: “Os Paulos, um após outro, tinham conseguido alargar a quinta, leira sobre leira, num tempo em que os camponeses trocavam a terra a canecas de vinho” (Oliveira, 1970, 15).

Dessa maneira a propriedade foi se alargando sobre os campos vizinhos e os pequenos produtores tornavam-se empregados dos Paulos e viviam da renda referente ao que produziam com seu trabalho na quinta. Aqui se faz presente o capitalismo mais simples, baseado nos modelos feudais da Idade Média.

Um segundo momento do capitalismo no texto se concretiza na figura do comerciante Miranda, que dava aos pequenos produtores recursos para uso nas terras, porém cobrava juros sobre juros até que os devedores, sem ter outra opção, cediam-lhe suas terras como pagamento, conforme se pode ver no trecho a seguir: “A fome alastrava. O Miranda só fiava na loja aos pequenos proprietários, que garantiam o pagamento com as terras. Corrocovo comia as courelas, os pedaços de vinha. Os que tinham os braços como únicos bens pediam às portas” (Idem, 80).

Exímio comerciante e capitalista, Miranda não perdoava seus devedores. Há diversas passagens no texto que demonstram a avidez dessa personagem pelo dinheiro. Uma das personagens que sofre com o infortúnio de ter suas terras entregues a esse comerciante é Luciano Taipa. Ele e a esposa Palmira:

Compraram um pedaço de terra e começaram a cultivá-lo, cheios de esperança. Não se tratava já de surribar, arrotear, semear, por conta alheia. Queriam que o pedaço de chão crescesse côm os canoilos de milho. Que sua terra aumentasse. E trabalhavam, mortificavam-se, de sol a sol.
(Oliveira, 1970: 60)

Mesmo com toda a dedicação à pequena lavoura, as condições do tempo não ajudaram e Luciano vê seus sonhos secarem como o milho que plantara:

Luciano Taipa vira o milho de sua leira secar, apodrecer. Escapara algum, que fora o sustento de poucas semanas, mas não vendera um grão, não apurara um ceutil. O inverno ia passando e o rol da dívida crescia no livro de assentos do Miranda.

Primeiro, o adubo. Misturado ao estrume a envolver as sementes. E Luciano confiante. A colheita pagaria tudo: trabalho, adubo, contribuições; e sobraria ainda para alargar a leira com a compra de outras leiras vizinhas. Luciano Taipa a endireitar a vida. Mas se o homem põe, Deus dispõe. E Deus dispusera a desgraça onde Luciano tinha posto confiadamente a esperança. Deus a trabalhar por conta do Miranda. E o Miranda a apontar a Luciano com a ponta do lápis o livro dos assentos:

[...]

E o rol da dívida a avançar pelas páginas do livro. Primeiro, o adubo e o guano. Depois o dinheiro emprestado para as contribuições.

(Idem, 80-81)

Diferentemente do destino dos pequenos produtores que tinham suas terras compradas pelos Paulos e continuavam a trabalhar em troca de salários, aos que pagavam seus débitos com suas propriedades, restava um destino: emigrar. Luciano Taipa assim o fez: “Antes que as aves brancas da lagoa e as andorinhas regressassem do sul com a primavera, Luciano Taipa entregou-lhe a leira empenhada e emigrou” (Ibidem, 82).

Miranda representa a figura do capitalista típico, aquele que sabia tirar vantagem de todas as oportunidades que lhe surgiam. Em uma dessas ocasiões quase foi morto por não querer dividir o dinheiro que um empregado de suas terras achara num recipiente enterrado.

Outra situação da qual o Miranda conseguira tirar proveito foi a construção da nova estrada. Enquanto outros encontravam dificuldades em manter seus negócios por causa da chegada à gândara de produtos mais baratos conduzidos pela estrada, esse comerciante fazia planos que eram sinônimos de lucros: “A estrada nova, aberta de Corgos para Corrocovo, foi a última sopa que lhe caiu no mel. O comércio rende como nunca e o Miranda sabe aproveitar a onda. Tem um

futuro brilhante aos pés. Há-de acabar presidente da junta de freguesia ou dono dum armazém da vila” (Ibidem, 174).

Por último tem-se o capitalismo industrial que chegara tardiamente no país. O símbolo dessa fase é a estrada nova que liga Corgos a Corrocovo. A concorrência dos produtos das grandes indústrias com os dos pequenos produtores é desleal e causa a ruína de vários deles, inclusive de Mariano Paulo:

Iam longe os tempos em que a agricultura fazia fortunas. Agora, o milho e o vinha chegavam doutras regiões, de terrenos férteis onde a produção era menos dispendiosa. Os armazenistas, a concorrência de preços, obrigavam Mariano Paulo a vender com lucros mínimos e às vezes sem lucros. O velho Paulo deixara ainda a quinta a produzir um rendimento apreciável. Porem os últimos anos tinham modificado as condições de vida. As novas estradas traziam às feiras de Corgos produtos de toda parte. Pelas estradas, pelos caminhos-de-ferro, nos vagões, nas camionetas, o comércio das cidades, das vilas, das aldeias, acelerava-se, levava daqui para ali, fazia permutas, entrechocava-se, explorava todos os mercados. O isolamento dos pequenos meios desaparecia. O velho Paulo não sentira, em toda a sua plenitude, o torvelinho deste choque de interesses. Mas a quinta esbarrondava-se nas mãos de Mariano. A terra areenta e pobre não podia competir com as outras.

(Ibidem, 68-69)

As mudanças proporcionadas pela industrialização ao mesmo tempo em que foram tardias, aconteceram rapidamente. Observando a citação acima, percebe-se que o intervalo de tempo entre a morte do velho Paulo, que ainda deixara a quinta a render lucros, e os primeiros sinais da invasão dos produtos industrializados, é muito pequeno. Torres (1977) reflete sobre essas mudanças que transpõem o isolamento da gândara:

A velha casa burguesa dos Paulos, assim como a aldeia, como que se encontram isoladas do mundo. A região parece bastar-se a si própria, num equilíbrio que dir-se-ia perenamente estável. A história, porém, desenrola-se quando esse equilíbrio parece à beira de se desintegrar. O mundo *exterior* começa a dar sinal de si [...]

(Torres, 1977, 96)

A chegada da estrada – metáfora do capitalismo industrial implantado pelo Estado Novo, e simbólica do “mundo *exterior*” do qual falar Torres – trouxe consigo desgraça a várias famílias de trabalhadores, pequenos e médios produtores. Devido às indústrias é que se “instalam os focos de revolta, porque o capital não comparticipa, [...] e assim promove o desajuste que por sua vez

provoca o descontentamento, a reivindicação, em suma, a agitação” (Mendonça, 1966, 103).

O povo não estava acostumado e não sabia lidar com as relações de capital e de trabalho senão aquelas com as quais estavam acostumados. A ditadura não permitiu que a sociedade assimilasse o processo antes que ele tivesse início. Em *Casa na duna*, o autor inseriu metáforas que abrangem alguns conceitos do Marxismo para que essa situação de alheamento, ou alienação social, fosse mais bem esclarecida.

3.2.

Os preceitos marxistas

Durante a narrativa de *Casa na duna*, os preceitos marxistas são sugeridos no âmbito das relações de trabalho e da alienação.

Como foi dito no curso deste trabalho, Portugal, em meados do século XX era um país economicamente atrasado e as relações trabalho \times trabalhador eram ainda baseadas no modelo feudal. Carlos de Oliveira retrata essa situação em sua obra a partir do momento em que se propõe a criar personagens e localizá-los no ambiente rural (e economicamente atrasado) da gândara. Para aludir ao marxismo frente às transformações ocorridas no campo e durante o momento obscuro criado por uma ditadura em que a liberdade de expressão era controlada e vetada, o autor também fez uso de metáforas.

Um dos preceitos socialistas que Marx prega, consiste na “emancipação da alienação, a volta do homem para si mesmo, a sua realização de si próprio” (Fromm, 1964, 51). Essa idéia está implícita no texto quando são mostradas as dificuldades que impedem o homem de voltar-se para si e libertar-se da alienação. Em Portugal essas dificuldades ocorriam principalmente devido ao comportamento do povo português que era levado a cultuar as imagens do passado, agregado à atmosfera obscura promovida pela ditadura que impedia a entrada de novas informações.

Percebe-se, no que se refere ao homem do campo (retratado em *Casa na duna*), que tanto os trabalhadores da quinta dos Paulos, quanto os próprios donos, são personagens alienados a partir do momento em que aparecem indiferentes às condições de trabalho e permanecem no mesmo esquema que perdura anos a fio.

Levando-se em consideração que “os marxistas dão ênfase à idéia de que o conhecimento não é um dado, é um ato. O ato de conhecer transforma o conhecido e o sujeito que o conhece” (Konder, 1967, 25), pode-se isentar os trabalhadores da quinta e os camponeses pertencentes às classes mais pobres da idéia de que eles tivessem algum tipo de preferência pelo sistema arcaico de trabalho. Mediante a sua alienação (falta de conhecimento e de consciência) que não os permite se transformar enquanto sujeitos, é que o destino deles implica em

permanecer naquela situação até que algo oriundo do ambiente externo rompa as barreiras do meio viciado em que se encontram.

Mariano Paulo é outro personagem que também sofre quando o meio externo começa a se fazer notar. Entretanto, esse personagem foi construído com um caráter que ultrapassa a alienação dos simples trabalhadores do campo. Como membro de uma burguesia rural em decadência, para além da alienação pelo não conhecimento – alheamento –, Mariano Paulo perde a sua condição de indivíduo e passa a representar a sua propriedade e a memória de seus antepassados que se empenharam em construí-la; por isso a ânsia de salvar seus bens é levada até as últimas conseqüências.

Segundo Erich Fromm (1964, 55), Marx “está interessado na libertação do homem de um gênero de trabalho que destrói sua individualidade, converte-o em coisa, e torna-o escravo de coisas”. Poderíamos afirmar que Carlos de Oliveira soube dar visibilidade a esse pensamento de Marx ao permitir que o narrador de *Casa na duna* explorasse todas as tentativas de Mariano Paulo para salvar um patrimônio em ruínas. Esse personagem, escravo de sua quinta e das memórias de um passado célebre, emprega todas as suas forças no intuito de dar continuidade ao legado que lhe fora transmitido.

Na obra são várias as tentativas de Mariano Paulo para resolver os problemas que o afligem. A primeira delas é o uso da égua, antes exclusiva para cavalgadas dos patrões, na lida da quinta:

Pela quinta, ia um movimento desabitual. O gado andava fora, fazendo rodar os espigões dos engenhos de manhã à noite. Bois, cavalos esfalfados. Mariano Paulo decidira utilizar a própria égua da charrete. Hilário opôs-se e discutiram. Tinham-se habituado a falar baixo. Anos de murmúrios, vozes sussurradas, quanto mais silêncio melhor na casa sombria, como se receassem acordar o velho Paulo, D. Conceição, os mortos.
(Oliveira, 1970, 64 e 65)

Mariano Paulo utiliza a égua na lavoura, pois, na sua visão restrita e conservadora, ela seria um auxílio na recuperação do plantio que havia sido praticamente perdido devido às intempéries. Mesmo com a oposição do filho, ele dá continuidade a seu propósito, mas esse esforço somente não é suficiente para solucionar os problemas econômicos da quinta. A intenção começa a transformar-

se em fixação. Mariano Paulo não recusa, então, a segunda chance de salvar a propriedade: os fornos de cal do Guimarães.

O Guimarães, um dos amigos que continuaram a freqüentar a quinta mesmo depois da morte do velho Paulo e da D. Conceição, no décimo segundo capítulo do romance, propõe vender seus fornos de cal, e, para Mariano, essa é uma oferta irrecusável. Sem demora, Mariano Paulo, em meio a seus devaneios, vai a Corgos realizar a compra dos fornos, porém, depois de muito negociar, decidem por uma hipoteca. Ele “não comprara os fornos mas tinha o Guimarães na mão. Os prazos da hipoteca eram curtos. Onde iria o outro desencantar o dinheiro a tempo e horas?” (Oliveira, 1970, 77-78).

A solução de todos os problemas preenchia os pensamentos de Mariano, aquele era o momento em ele poderia reverter o processo de ruína no qual se encontrava: “A salvação da quinta podia ser a cal. Seria, tinha certeza, se os fornos lhe viessem parar às mãos” (Idem, 98).

Mas o sonho cai por terra quando o Guimarães anuncia ter o dinheiro para saldar a dívida da hipoteca. Os fornos não mais significam livrar a quinta do aniquilamento: “Mariano Paulo foi a Corgos desfazer a hipoteca. Recebeu o empréstimo, os juros e disse adeus aos fornos. Gastara meses irrecuperáveis; pra nada; ali estava no mesmo beco sem saída. A ruína à porta” (Ibidem, 109) .

Desde os primeiros momentos de dificuldade, o narrador observa e relata que a iminente ruína da propriedade dos Paulos faria com que as relações senhoriais estabelecidas ao longo dos anos entrassem em colapso e se desfariam, como se verifica no trecho: “Os próprios trabalhadores serviam a família dos Paulos há gerações, arrancando àquele chão o milho, o vinho, através dos anos. Se a quinta esbarrondasse, ficariam entregues à fome. Também para eles a vida se tornara mais rude” (Ibidem 102-103).

Mariano Paulo, em alguns momentos de lucidez, em meio ao turbilhão de emoções que o afligiam, também compartilha da mesma percepção do narrador. Isso colabora para que sua ânsia de encontrar meios para fazer com que sua quinta sobreviva torne-se um sentimento obsessivo. Depois de duas tentativas frustradas, a última possibilidade que aparece, no auge do desespero, é construir uma fábrica de telhas com a argila tirada na própria quinta. No princípio, parecia que o empreendimento iria dar certo: “Desde o início que a telha se vendia bem. As

encomendas aumentavam dia a dia, o fabrico tornava-se cada vez mais rápido” (Ibidem, 147).

Entretanto, a vontade e o empenho de Mariano Paulo em livrar-se das dificuldades mais uma vez não foram suficientes. Fromm observa que “com a expansão da propriedade privada e da divisão do trabalho, todavia, o trabalho perde sua característica de expressão do poder do homem; o trabalho e seus produtos assumem uma existência à parte do homem, de sua vontade e de seu planejamento” (Fromm, 1964, 54). E, fora do planejamento de Mariano, a concorrência com as telhas mais baratas vindas de outros povoados condenam sua fabriqueta. Nada mais poderia ser feito:

O tempo corria e a fábrica desmantelava-se. Quase todo o pessoal fora despedido. A telha que saía ainda do forno esperava, empilhada no alpendre, os raros compradores que surgiam. Discutiam, obrigavam Mariano a vender aos preços da Pampilhosa para não perder tudo. A situação tornara-se insustentável. (Oliveira, 1970,165)

O Dr. Seabra tentara mostrar ao amigo Mariano Paulo que os métodos de enriquecimento na sociedade continuavam os mesmos, era a lei do maior que devora o menor – processo que, no passado, fez com que a família dos Paulos alargasse a propriedade:

O Dr. Seabra contou-lhe então a história do peixe que devorava um peixe mais pequeno e era por sua vez devorado pelo tubarão. A vida punha os homens a comerem-se uns aos outros. O mais forte vencia, e força, ali significava dinheiro. Ninguém podia impedir a ruína da fábrica e da quinta. Não havia memória dum tubarão menos prático que deixasse fugir o peixe das goelas, por piedade. (Idem, 163)

Mas Mariano não se conforma em ver o patrimônio de gerações ruindo diante de seus olhos, isso é, para ele, um golpe muito duro. Costa Val comenta o profundo alheamento que levava a família Paulo à ruína:

Mariano Paulo não caminha consciente, com um saber, um conhecimento sobre sua realidade histórica, por isso não consegue atingir a organização de sua produção social – na estrutura arcaica da sociedade gandaresa. E é por falta de condições infra-estruturais para uma atividade prática, objetiva, que Mariano Paulo introverte-se e ensandece, remetendo a solução e responsabilidade do seu destino humano para uma utopia [...] (Val, 1977, 83)

É somente o Dr. Seabra o único amigo que restara para lhe ouvir os dissabores:

Quando o Dr. Seabra aparecia, confiava-lhe essas convicções estranhas:

– Há famílias assim, voltadas à destruição. Devia talvez cruzar os braços e deixar correr. Ser cordeiro pacífico. Mas comigo o destino engana-se. Vou espernear até o fim.

(Oliveira, 1970: 166)

Nota-se, na fala acima, que a degradação que afeta os Paulos também acomete outras famílias e outros núcleos.

O Dr. Seabra já havia conversado, ao longo do texto, com Mariano sobre os problemas enfrentados pelos outros moradores da gândara, tentando mostrar que não é somente esse personagem que sofre com a decadência de sua propriedade. É pela figura do Dr. Seabra que o autor expressa a percepção marxista de que “o trabalho humano assumiu características desumanas” (Konder, 1999, 34):

Nos últimos tempos, o Dr. Seabra mostrava-se muito interessado por política:

– Tenho pensado que toda esta geringonça social precisa duma grande volta. Quanto mais não seja por uma questão de decoro elementar, de humanidade.

Mariano Paulo moderava-o:

– Não se meta nisso doutor. Acho que estamos de acordo em muita coisa que diz. Mas fale aqui, não abra a boca lá fora, onde quem ouve duas acrescenta três. Em Corgos, como sabe, começam a chamar-lhe os piores nomes. Que é comunista, que anda a fazer má cama para se deitar. Tenha Cautela.

O Dr. Seabra exaltava-se:

– Ora, Mariano. A caravana não perde tempo com os cães de Corgos. E, fique sabendo, não sou comunista. Sei lá o que é comunismo. Mas não se espante se me vir qualquer dia a ler o Marx só para os irritar. Tenho um pouco de coração, que diabo, e não posso ver os homens a viver como os bichos ou pior que os bichos.

– Não discuto isso. Apenas lhe aconselho prudência.

Fazia-se um silêncio. E a voz do Dr. Seabra volvia, mais calma:

– Obrigado. Você recorda-se duma conversa que tivemos aqui há tempos? Os homens que voltam a Corrocovo empaludados que gastam numa semana a fêria amealhada em três meses duma faina esgotante nos charcos de arroz e acabam por ficar a curtir sezões o resto da vida? Você concordou, trouxe até o seu caso para a discussão, as jornas baixas que pagava, etc. Com toda a certeza que se lembra.

Mariano Paulo lembrava-se. O Dr. Seabra continuou:

– Pois bem, quero chegar a isto: esses homens fazem as fortunas dos grandes lavradores ribatejanos e vêm acabar a Corrocovo na miséria extrema, sem pão, sem enxerga, sem a porcaria dumas drogas. Não falo já doutras aspirações, de

alegria, de felicidade, dum destino digno. Falo das coisas primárias, inadiáveis: alimentação, cobertores, remédios. Aponto simplesmente os factos, não indico nenhuma solução, não digo que o comunismo resolva ou deixe de resolver. Aquilo que falo, toda a gente o tem debaixo do nariz e toda a gente finge que o não vê.

(Oliveira, 1970: 99-100-101)

A conversa entre os amigos também indica de que maneira a sociedade alienada reage às idéias marxistas, através das intervenções de Mariano Paulo. Desse modo, Carlos de Oliveira demonstra a falta de informação do povo português acerca da doutrina de Marx e posiciona o Dr. Seabra como uma mente lúcida e consciente dos problemas sociais, sem, portanto, precisar se evidenciar como defensor do socialismo perante a opressão impingida pela ditadura.

O médico, Dr. Seabra, é “a única mentalidade progressiva” (Torres, 1977, 97) do romance e atua como uma espécie de porta-voz da mensagem neo-realista que está relacionada ao marxismo. Suas idéias contrastam com as de outros personagens que se apresentam alienados, principalmente Mariano Paulo e Hilário – personagens de visão limitada que parecem usar antolhos.

No romance, o Dr. Seabra aponta algumas características dessas personagens, e, por vezes, tenta abrir-lhes os olhos para os fatos que estão ao redor. Diante do comportamento absorto de Hilário – rapaz apegado ao retrato da mãe que não chegara a conhecer, apaixonado por uma mulher que não lhe dá importância, tomado por um constante sentimento de medo e fraqueza, desinteressado do trabalho e da dedicação do pai à propriedade que seria sua herança –, o médico, que conhecia a personagem desde o nascimento, afirma:

Venho aqui há dezenas de anos, tive alguma influência na tua vida, tratei-te desde que nasceste, servi-te de ama seca, aturei-te. Sinto autoridade bastante para dizer que lastimo o tempo que perdi contigo. Não mereces as preocupações do teu pai, nem a minha amizade, nem o sacrifício da tua mãe, que morreu para vires ao mundo. Não mereces nada.

(Idem, 139)

Apesar de saber e criticar o desinteresse de Hilário, ao ver o amigo Mariano Paulo à beira da loucura, o Doutor não deixa de informá-lo da doença do pai:

O Dr. Seabra não admitia uma crise passageira; a doença lavrara a fundo; Mariano Paulo precisava dum psiquiatra.

[...]

O Dr. Seabra expôs a Hilário o estado de Mariano com toda franqueza:

– Ou o levamos a um especialista ou temo-lo irremediavelmente louco. Lembra-te do teu avô.

(Ibidem, 169)

Mais uma vez Hilário se mostra indiferente: “– Quando quiser, doutor. Mas já agora, se não vê inconveniente, deixa-se passar esta trapalhada da festa” (Oliveira, 1970, 169). E é nessa festa que Hilário tenta enfrentar o medo que sempre o acompanhara, ao ver Guilhermina a dançar com Basílio: “Hilário encosta-se no coreto. Quer saber quanto pesa a coragem. Uma situação nova para ele, que fugiu sempre a tudo, à vida, aos próprios sonhos. Lá custar, custa. Um suor miúdo corre-lhe na espinha e gela-o. Treme a cada olhar que lhe deitam” (Idem, 179).

O destino implacável o condena à morte: “De manhã, os trabalhadores da quinta encontram-no ainda com a enxada que o matou enterrada de alto a baixo na cabeça” (Ibidem, 180).

A perda do filho e a ruína da quinta são golpes de misericórdia para Mariano Paulo. Ele enlouquece, e o fim se aproxima:

Na manhã que há-de romper daquela noite virá o médico da Câmara fazer a autópsia a Hilário, retalhar um Paulo como quem desventra uma rês. O destino a cumprir-se.

Repisa uma vez mais o plano que tanto macerou consigo nos últimos tempos: a lenha da cozinha, as latas de petróleo que Maria dos Anjos guarda na despensa, a palha dos currais, etc. E imagina o resto: a chama a crescer dos dois lados do pátio, a devorar a casa, a adega, as tulhas, a nogueira plantada por Silvério Coxo, o fundador da quinta.

[...]

Desce ao rés-do-chão, pé ante pé, como os ladrões ou as crianças, receoso de o ouvirem na sala onde Hilário repousa.

Abre a despensa e pega na primeira lata de petróleo. Tem de alcançar a sua vitória sobre o destino antes que o dia nasça e o médico da Câmara chegue a Corrocovo.

(Ibidem, 183-184)

Assim, o romance se encerra. A alienação das personagens não permite que tenham outro fim. De acordo com Costa Val (1977):

Ambos, Hilário e Mariano Paulo, alienados. No sentido ambíguo de alienação. Pela alienação social – não agem objetivando uma prática transformadora da realidade de Corrocovo, a realidade histórica da aldeia, e, conseqüentemente, da casa –, os dois atingem a alienação paranóica, e se extinguem.
(Val, 1977, 83)

3.3.

Considerações Finais

Após essas reflexões, pode-se dizer que Carlos de Oliveira, ao demonstrar as mudanças bruscas que o capitalismo industrial trouxe aos moradores do campo, juntamente com a metaforização de preceitos marxistas em sua obra, estabelecendo aproximações e contrastes entre trabalhadores rurais, Mariano Paulo, Hilário e o Dr. Seabra, inovou a escrita neo-realista e “logo estabeleceu o perfil português de uma sociedade em mudança” (Mendonça, 1973, 99).

Embora o narrador tenha destacado mais intimamente Hilário e Mariano Paulo, esse fato não implicou na perda do foco narrativo, e, muito menos, permitiu classificá-los como protagonistas. Como explica Costa Val:

Apesar da ausência de herói (um protagonista), procedimento que evita exatamente a quebra da ilusão realista, podem-se encontrar personagens relevantes porque devassadas em sua intimidade psicológica pela onisciência do narrador. Há, pois, uma intromissão no espaço secreto, até mesmo no inconsciente de cada personagem. Marca-se, aqui, uma ruptura nos postulados de um Neo-Realismo ortodoxo – Mariano Paulo e Hilário são duas personagens desvendadas desde seu espaço interior, íntimo, pela visão do narrador onisciente ou por indicações de outras personagens, pela memória ou através de rápidos diálogos [...]
(Val, 1977, 70)

De acordo com a citação acima, é devido ao fato de a narrativa não apresentar personagens centrais que a descrição psicológica se tornou um traço importante, quase imprescindível, no texto. Pois é através do narrador-guia, das análises psicológicas e do foco numa economia e sociedade em transição, que Carlos de Oliveira, além de construir uma escrita que contempla características do Neo-Realismo, as assimila, inova e transcende os moldes na produção de *Casa na duna*, pois:

Aos primeiros neo-realistas não caberia nem mesmo a preocupação em descrever o psicológico. Em Casa na duna se rompe esse postulado, na medida em que o narrador onisciente, ao mostrar os devaneios, os pensamentos, ou falas introspectivas de suas personagens, irá justificar-lhes os atos, marcando uma interação psico-social, sem com isto ser determinista.
(Idem, 67-68)

E, finalmente,

a temática deste romance conduz a um esclarecimento sobre o Neo-realismo, que não é apenas um novo processo estético de fixar a realidade, como muitos poderão supor, mas a firme decisão de encará-la na sua nova substância, ou melhor, na sua total substância como realidade irreduzível. O problema social e econômico surge em **Casa na Duna** na sua verdadeira dimensão: a dimensão que provoca os desajustes que não florescem apenas à superfície, mas têm raízes numa contingência mais profunda e inevitável – a produção e a industrialização em moldes que anulam os esquemas estabelecidos.
(Mendonça, 1966, 112)